

João Pessoa, PB, 28 de abril a 4 de maio de 2008

Convocação para estabelecimentos

A Diretoria do Sindifisco-PB reitera a necessidade de planejamento para a convocação de auditores para a fiscalização de estabelecimentos. A Paraíba é um dos poucos Estados do País que ainda não possui normas para o assunto.

Um exemplo claro disto é que, dos 349 aprovados no concurso de 1994 que se encontram em atividade, apenas 88 estão na fiscalização de estabelecimentos. É preciso que todos saibam quando serão chamados para executar auditoria.

AFMTs

Com base no art. 39 do PCCR, colegas AFMTs enviaram à Secretaria de Administração requerimentos solicitando progresso vertical, sem que até hoje aquela Secretaria tenha se pronunciado. Conforme o Plano, aqueles que possuem nível superior, tempo de serviço e carga horária de treinamento, podem ascender para os dois últimos níveis da carreira.

Audiência pública

O Sindifisco-PB participará de uma audiência pública na Assembléia Legislativa, sobre a Reforma Tributária. A Diretoria do Sindicato parabeniza a AL pela iniciativa.

Quinquênios

A categoria fiscal aguarda o posicionamento do Governo Estadual acerca do cumprimento da decisão judicial que julgou favorável a ação movida pelo Sindifisco-PB.

O desembargador relator determinou o prazo de 30 dias para que o Governo cumpra com a decisão do Pleno, sob pena de pagamento de multa diária e outros encargos pertinentes ao caso.

Banco de horas

A categoria fiscal, em especial os que trabalham em regime de plantão, aguardam a regulamentação do banco de horas, uma vez que o PCCR entrou em vigor há mais de quatro meses e nenhum servidor fiscal foi ainda contemplado por esse direito.

Adicional noturno

Tendo em vista o indeferimento da Secretaria de Administração ao pleito individual dos colegas para o pagamento do adicional noturno, o Sindifisco-PB tomará as medidas judiciais cabíveis para assegurar esse direito dos colegas.

Categoria fiscal debate Reforma Tributária

No último dia 25, a categoria fiscal reuniu-se no auditório do Sebrae, em João Pessoa, onde foi realizado o Seminário sobre Reforma Tributária. De acordo com a Diretoria do Sindifisco-PB, o evento foi uma oportunidade importante para o Fisco paraibano discutir a reforma proposta pelo Governo Federal em seus pormenores.

SuperSimples

O primeiro palestrante foi o auditor fiscal e gerente executivo de julgamento de processos fiscais da SER, João Dantas. Ele explanou que os objetivos iniciais do SuperSimples não estão sendo alcançados porque, além de complexo, em muitos casos, até aumentou a carga tributária das empresas adeptas.

Dantas ilustrou a palestra com dados práticos a respeito do prejuízo na arrecadação estadual trazido pelo SuperSimples.

Proposta da Fenafisco

O auditor fiscal e coordenador da proposta de Reforma Tributária da Fenafisco, Carlos José de Mesquita, falou sobre o que propõe a Federação para a Reforma.

De acordo com ele, o material elaborado pela Fenafisco sugere a alteração de todo o Sistema Tributário Nacional e reafirma o fortalecimento dos Estados. Além disso, reformula a distribuição de tributos entre as unidades federadas e proíbe a criação indiscriminadas de contribuições sociais por parte do Governo Federal. Mesquita concluiu que a proposta da Federação poderia ser implantada de imediato, sem transição, ao contrário do que propõe o Governo. Leia o texto da Fenafisco em www.sindifiscopb.org.br.

ICMS versus IVA-F

O último palestrante foi o auditor fiscal e relator da proposta de Reforma Tributária da Fenafisco, João Antônio Marins, que tratou da relação entre o ICMS e o IVA-F na Reforma Tributária.

Marins falou também do malefício de subordinar os Estados ao Governo Federal, tirando deles sua autonomia legislativa tributária, através da reforma. “O poder dos Estados será podado em sua competência legislativa, com exceção ao aumento de alguns tipos de alíquotas”, alertou.

O auditor explicou ainda a transição para a completa implementação do novo ICMS, que ocorreria nos próximos sete anos.